

INTEIRO TEOR DA DELIBERAÇÃO

80ª SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA REALIZADA EM 14/12/2017

PROCESSO TCE-PE Nº 17100265-9

RELATOR: CONSELHEIRO DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR

MODALIDADE - TIPO: Prestação de Contas - Gestão

EXERCÍCIO: 2016

UNIDADE JURISDICIONADA: Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz

INTERESSADOS:

Carlos Alexandre De Alencar Ferreira
Gilvan Sirino De Almeda
Cledjane Tavares Rodrigues
Elysandra De Oliveira Mendes
Fundo Previdenciário Do Município De Santa Cruz
Neumiranda Marinho Guimaraes
Neumiranda Marinho Guimaraes

RELATÓRIO DO VOTO

Tratam-se os autos da Prestação de Contas de Gestão do Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz-FUNPRESC, sob a responsabilidade da Sra. Neumiranda Marinho Guimarães relativa ao exercício financeiro de 2016, apresentada por meio do sistema eletrônico desta Corte de Contas – e-TCEPE, em atendimento à Resolução T.C. nº 11/2014 – que disciplina a implantação dessa modalidade processual em meio eletrônico e dispõe sobre a forma de envio das prestações de contas anuais de Governo e de Gestão.

As referências às peças integrantes do presente processo serão feitas com base na numeração recebida no referido sistema. Nos casos em que não existirem as respectivas numerações será empregada a referência utilizada.

O processo foi analisado pelos técnicos da Inspeção Regional de Petrolina, que emitiram Relatório de Auditoria, doc. nº 49, cujo bojo elencaram as seguintes ressalvas e/ou irregularidades:

Nº	Título do Achado	Responsáveis	Valor Passível de Devolução (R\$)
A1.1	Não adoção da alíquota sugerida na avaliação atuarial da parte patronal e do custo suplementar, bem como a omissão da gestora do Fundo em cobrar do Prefeito a adoção das referidas alíquotas	Gilvan Sirino de Almeida Neumiranda Marinho Guimarães	-
		Gilvan Sirino de Almeida	



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE DEODATO SANTIAGO DE ALENCAR BARROS
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2f683db1-535c-4885-b490-15af6e9445



A2.1	As contribuições patronais, dos servidores e do custo especial, da Prefeitura, do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social não foram recolhidas integralmente	Carlos Alexandre de Alencar Ferreira Elysandra de Oliveira Mendes	-
A2.2	Repasse das contribuições previdenciárias ao RPPS efetuados com atrasos e sem os devidos encargos (cota patronal, servido e custo especial)	Gilvan Sirino de Almeida Carlos Alexandre de Alencar Ferreira Elysandra de Oliveira Mendes Cledjane Tavares Rodrigues	-
A3.1	Irregularidade no atendimento a auditoria interna do MPS; inconsistências no DIPR-Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses, no encaminhamento ao SPPS, nos Demonstrativos Contábeis e Equilíbrio financeiro e atuarial - encaminhamento NTA, DRAA e nos resultados das análises	Gilvan Sirino de Almeida Neumiranda Marinho Guimarães	-
A5.1	Atrasos e não repasses de parcelas dos Termos de Parcelamento	Gilvan Sirino de Almeida	-

Regularmente notificados, nos termos do estabelecido no art. 6º da Lei Estadual nº 15.092/13, apenas a Sra. Neumiranda Marinho Guimarães apresentou defesa (doc. 64), sendo certo que os demais deixaram passar *in albis* o prazo concedido para defesa.

Concluída a fase de instrução processual, os autos foram encaminhados para apreciação e julgamento.

Eis, de modo sucinto, o relatório.

VOTO DO RELATOR

Senhores Conselheiros, examinarei em tópicos individuais e apartados cada uma das irregularidades apontadas pela Auditoria, procedendo ao cotejo com a argumentação lançada nas razões de Defesa, com vistas a perscrutar sua subsistência, diante do articulado pelos Interessados.



2.1.1. [A1.1] Não adoção da alíquota sugerida na avaliação atuarial e omissão da gestão do Fundo em cobrar do Prefeito a adoção das referidas alíquotas

Verificando os Anexos XI-A (Doc. 32), os Demonstrativos de Recolhimentos das Contribuições Previdenciárias do RPPS e as folhas de pagamento da Prefeitura, a auditoria observou que o Parecer Atuarial nº 072/2016 (Doc. 33) recomendou que o Município de Santa Cruz adotasse para o exercício de 2016, a alíquota de 29,15% (18,15% do Ente e 11,00% dos servidores) do custo normal, mais 42,29% do custo especial. Nesse mesmo Parecer, o Atuário acrescentou que, na impossibilidade de alterar a alíquota vigente pela sugerida na avaliação atuarial, poderia-se adotar a alíquota Patronal de 13,30% e a do custo especial de 3,00%.

Apesar de a indicação técnica atuarial, constatou-se que o Município adotou as alíquotas de 13,30% para a patronal e 3,00% para o custo especial sem, contudo, comprovar a impossibilidade de adotar os percentuais de 18,15% e 42,29% inicialmente sugeridas pelo Atuário, razão porque a auditoria responsabilizou o Sr. Gilvan Sirino de Almeida (Prefeito) por não envidar os esforços necessários à aplicação das alíquotas sugeridas no Relatório de Reavaliação Atuarial no exercício de 2016, comprometendo a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo Previdenciário de Lagoa Grande, como também a Gerente do Fundo, Sra. Neumiranda Marinho Guimarães, pela omissão na devida cobrança administrativa ao Prefeito.

A defesa da Sra. Neumiranda Marinho Guimarães, alegou que, caso fossem aplicadas as alíquotas maiores sugeridas pelo Atuário, teria havido um incremento de R\$ 3.588.244,41 nos gastos com pessoal, que atingiria o equivalente a 59,06% da Receita Corrente Líquida extrapolando os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convém esclarecer que a defendente foi responsabilizada pelo fato de não ter demonstrado haver alertado o Prefeito da necessidade de se envidar os necessários esforços no sentido de serem adotadas as alíquotas mais adequadas ao equilíbrio do sistema previdenciário do Município, sugeridas no RAA. Quanto a esse aspecto, nada trouxe aos autos. Em relação ao mérito deste apontamento da auditoria, a responsabilidade é do então Prefeito, Sr. Gilvan Sirino de Almeida que, regularmente notificado, não apresentou defesa. Isso posto, não caberia à Defendente, desprovida da devida outorga por parte do responsável, proceder à sua defesa.

Todavia, *ad argumentandum tantum*, esterno meu pensamento de que a tese apresentada não pode prosperar. É verdade que a Lei de Responsabilidade Fiscal é rigorosa com os excessos com as despesas com pessoal, haja vista que se constitui uma das principais fontes do desequilíbrio fiscal na Administração Pública. Outra, ainda mais relevante, é exatamente a conta previdenciária. Eventuais inadimplementos no presente somente contribuem para incrementar os déficits financeiro dos orçamentos públicos, seja porque esses déficits atuariais no futuro se revelam financeiros, em face de a necessidade de aportes do Tesouro, seja pelas multas e juros de mora que sobre eles vão incidir. Portanto, o aparente conflito sugerido pela defesa não há de prosperar. A uma porque o equilíbrio financeiro da Previdência é uma exigência constitucional. Vejamos:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE DEODATO SANTIAGO DE ALENCAR BARROS
Assinado em: 10/05/2016 10:56:09
Certificado: 2683db1b354825b4491ac5af699f

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (grifei)

Vê-se, portanto, que o equilíbrio acima referido é protegido pela Carta Constitucional, de forma peremptória.

A duas porque, não fosse tal mandamento o bastante para desfazer o natimorto conflito, a própria Lei de Responsabilidade prevê, em seu artigo 22:

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso.

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 3º da Constituição; (grifei)

Ora, se a norma infraconstitucional pugnou o respeito às decisões judiciais e determinações legais, não há outra exegese a ser aplicada ao caso senão subordinar o alcance do dispositivo acima transcrito ao texto constitucional mencionado.

Portanto, mantida a irregularidade apontada pela auditoria, cabendo a devida **recomendação** a ambos os responsáveis.

2.1.2. [A2.1] As contribuições patronais e do custo especial, da Prefeitura, do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social não foram recolhidas integralmente

Conforme já mencionado no item precedente, o Decreto Municipal nº 009/2015, de 11/07/2013 (Doc. 43) fixou a alíquota Patronal em 13,30%, a alíquota do Custo Suplementar (especial) em 3,00% e em 11,00% a alíquota dos Servidores.

Após a análise das folhas de pagamento, Demonstrativos de Recolhimentos – DR e Anexos XI (Doc. 32), a auditoria verificou que a Prefeitura Municipal de Santa Cruz deixou de recolher ao RPPS **R\$ 527.328,34**, referente às Contribuições Patronais e custeio especial; o Fundo Municipal de Saúde deixou de recolher **R\$ 65.518,28** (patronal + custeio especial); e o Fundo Municipal de Assistência Social, por sua vez, não recolheu **R\$ 5.850,30** (Patronal + Custo Especial). Em conjunto, deixaram de entrar nos cofres do RPPS o montante de **R\$ 598.696,92**.

A responsabilidade pela irregularidade foi atribuída aos seguintes agentes: Gilvan Sirino de Almeida (Prefeito), Carlos Alexandre de Alencar Ferreira (Gestor do Fundo Municipal de Saúde) e Elysandra de Oliveira Mendes (Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social)

Notificados, não apresentaram defesa.



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE DEODATO SANTIAGO DE ALENCAR BARROS
Assinse em: https://stce.ce.gov.br/ep/validaDoc.seam?CodigoDoc=26837435c4825b44970c15af6e9d4



A decisão dos gestores de sonegar contribuições previdenciárias, além de configurar ato de improbidade administrativa previsto no *caput* do artigo 10 da Lei nº 8429/92, atenta contra o princípio da Economicidade, haja vista que da decisão tomada advirão sanções pecuniárias com multas e juros de mora, agravando o desequilíbrio fiscal do Município. Nessa seara ressaltado, desde o exercício de 2012, esta Corte de Contas vem sendo rigorosa no sentido de punir situações como as que foram relatadas nos autos do presente processo, à luz das Súmulas 11 e 12.

Isso posto, assiste razão à auditoria, devendo os responsáveis Gilvan Sirino de Almeida e Carlos Alexandre de Alencar Ferreira, serem punidos com a multa prevista no inciso III do artigo 73 da LOTCE e a Sra. Elysandra de Oliveira Mendes, face ao princípio da Proporcionalidade, com a multa prevista no inciso I do mesmo artigo.

2.1.3. [A2.2] Repasses das contribuições previdenciárias ao RPPS efetuados com atrasos e sem os devidos encargos (cota patronal, servido e custo especial)

A auditoria constatou (RA, Apêndice III) que houve diversos repasses efetuados com atraso à conta do RPPS, inclusive após a data de vencimento, sem que houvesse ocorrido a cobrança das multas e juros de mora, em flagrante infração ao disposto nos §§ 5º e 6º da Lei Municipal nº 386/2014 (doc.41), contribuindo para aumentar o passivo financeiro do Município.

Os responsáveis pela irregularidade foram os Srs. Gilvan Sirino de Almeida, Carlos Alexandre de Alencar Ferreira, e Sras. Elysandra de Oliveira Mendes e Cledjane Tavares Rodrigues.

Notificados, não apresentaram defesa.

Isso posto, assiste razão à auditoria, devendo os responsáveis serem punidos com a multa prevista no inciso III, do artigo 73, da LOTCE e a Sra. Elysandra de Oliveira Mendes, face ao princípio da Proporcionalidade, com a multa prevista no inciso I do mesmo artigo. Quanto a Sra. Cledjane Tavares Rodrigues, à luz dos princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade, deixo de lhe imputar a multa sugerida pela auditoria, posto que passou apenas 29 dias à frente da gestão do Fundo Municipal de Saúde.

2.1.4 [A3.1] Irregularidade no atendimento a auditoria interna do MPS; inconsistências no DIPR-Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses, no encaminhamento ao SPPS, nos Demonstrativos Contábeis e Equilíbrio financeiro e atuarial - encaminhamento NTA, DRAA e nos resultados das análises

Em consulta ao site do Ministério da Previdência (<http://www.previdencia.gov.br>, doc. 34), a auditoria verificou que o Município de Santa Cruz teve seu último Certificado de Regularidade Previdenciária-CRP emitido em 29/11/2015, com validade até 27/05/2016 - CRP nº 982297-137298 – (Doc. 35). Dessa forma, o Município não logrou receber CRP válido para todo o exercício de 2016. Isso ocorreu em função do desatendimento aos requisitos de exigibilidade epigrafados, conforme extrato de irregularidades (doc. 36), em desrespeito à Lei Federal nº 9717/1998, Decreto Federal nº 3788/2001 e Portaria Interministerial Nº 204/2008, que dispõem sobre a emissão do CRP, documento esse pré-requisito para que o Município receba transferências voluntárias da União, como também para celebrar convênios, acordos e outros ajustes com o Ente Federal.





Por fim, em decorrência da Súmula nº 11, desta Corte de Contas, que estabelece que *“o prefeito deve ser chamado a se defender no mesmo processo, caso a irregularidade apontada nas contas do fundo ou instituto previdenciário seja não repasse de recursos ou outra irregularidade no regime próprio de que tenha participado”* e considerando que restou configurada a negligência do Prefeito, Gilvan Sirino de Almeida, ao não repassar de forma integral as contribuições previdenciárias para o FUPRESC e não honrar com os débitos parcelados, gerando encargos com multas e juros de mora, deve ser a ele imposta a sanção pecuniária prevista no art. 73, inciso III, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, bem como o devido ressarcimento pelas despesas indevidas.

Nesse mesmo diapasão, devem ser sancionados os gestores dos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, pelo pagamento a menor das contribuições previdenciárias sob as suas responsabilidades.

Isso posto,

VOTO pelo que segue:

Parte: Carlos Alexandre de Alencar Ferreira

Unidade Jurisdicionada: Fundo Municipal de Saúde

CONSIDERANDO os apontamentos do Relatório de Auditoria e que, regularmente notificado, o interessado não apresentou defesa;

CONSIDERANDO que o gestor do Fundo Municipal de Saúde, Sr. Carlos Alexandre de Alencar Ferreira, deixou de recolher aos cofres da Previdência Municipal, o montante de **R\$ 65.518,28** e efetuou repasses das contribuições previdenciárias ao RPPS com atrasos e sem os devidos encargos (item **2.1.2 e 2.1.3** do RA);

APLICAR multa no valor de R\$ 7.849,50, prevista no Artigo 73 da Lei Estadual 12.600/04 inciso(s) III , ao(à) Sr(a) Carlos Alexandre De Alencar Ferreira, que deverá ser recolhida , no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado desta deliberação, ao Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal, por intermédio de boleto bancário a ser emitido no sítio da internet deste Tribunal de Contas (www.tce.pe.gov.br) .

Parte: Gilvan Sirino de Almeida

Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Santa Cruz

CONSIDERANDO os apontamentos do Relatório de Auditoria e que, regularmente notificado, o interessado não apresentou defesa;

CONSIDERANDO que o Sr. Gilvan Sirino de Almeida não motivou, de maneira fundamentada, as razões pelas quais deixou de adotar a alíquota mais adequada ao equilíbrio atuarial e financeiro do Fundo Previdenciário do Município (item **2.1.1** do RA);

CONSIDERANDO que o Sr. Gilvan Sirino de Almeida, na condição de Prefeito, deixou de recolher aos cofres da Previdência Municipal, o montante de **R\$ 527.328,34**, além de proceder a repasses de contribuições fora do prazo, gerando pagamentos com multas e juros de mora no valor de **R\$ 51.442,42** (itens **2.1.2, 2.1.3 e 2.1.5** do RA);

IMPUTAR débito no valor de R\$ 51.442,42 ao(à) Sr(a) Gilvan Sirino De Almeida , que deverá ser atualizado monetariamente a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao do processo ora analisado, segundo os índices e condições estabelecidos na legislação local

para atualização dos créditos da Fazenda Pública Municipal , e recolhido aos cofres públicos municipais , no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado desta deliberação, deverá ser enviada a este Tribunal para baixa do débito. Não fazendo, que seja extraída Certidão do Débito e encaminhada ao Prefeito do Município, que deverá inscrever o débito na Dívida Ativa e proceder a sua execução, sob pena de responsabilidade .

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Gilvan Sirino De Almeda, que deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado desta deliberação, ao Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal, por intermédio de boleto bancário a ser emitido no sítio da internet deste Tribunal de Contas (www.tce.pe.gov.br) :

1. Multa no valor de R\$ 11.385,00, prevista no Artigo 73 da Lei Estadual 12.600/04 inciso(s) III
2. Multa no valor de R\$ 3.924,75, prevista no Artigo 73 da Lei Estadual 12.600/04 inciso(s) I

Parte: Cledjane Tavares Rodrigues

Unidade Jurisdicionada: Fundo Municipal de Saúde

CONSIDERANDO os apontamentos do Relatório de Auditoria e que, regularmente notificada a interessada não apresentou defesa;

CONSIDERANDO que a gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. Cledjane Tavares Rodrigues, efetuou repasses das contribuições previdenciárias ao RPPS com atraso e sem os devidos encargos (item **2.1.3** do RA);

CONSIDERANDO que a gestora em apreço passou apenas 29 dias na função de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, não sendo razoável nem proporcional a imputação de sanção pecuniária,

ENTENDO que lhe deve ser dada a inteira quitação.

Parte: Elysandra de Oliveira Mendes

Unidade Jurisdicionada: Fundo Municipal de Assistência Social

CONSIDERANDO os apontamentos do Relatório de Auditoria e que, regularmente notificada, a interessada não apresentou defesa;

CONSIDERANDO que a gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, Sra. Elysandra de Oliveira Mendes, deixou de recolher aos cofres da Previdência Municipal, o montante de **R\$ 5.850,30** e efetuou repasses das contribuições previdenciárias ao RPPS efetuados com atrasos e sem os devidos encargos (item **2.1.2 e 2.1.3** do RA);

APLICAR multa no valor de R\$ 3.924,75, prevista no Artigo 73 da Lei Estadual 12.600/04 inciso(s) I , ao(à) Sr(a) Elysandra De Oliveira Mendes, que deverá ser recolhida , no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado desta deliberação, ao Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal, por intermédio de boleto bancário a ser emitido no sítio da internet deste Tribunal de Contas (www.tce.pe.gov.br) .

Parte: Neumiranda Marinho Magalhães

Unidade Jurisdicionada: Fundo Previdenciário de Santa Cruz





CONSIDERANDO os apontamentos do Relatório de Auditoria e a defesa apresentada pela interessada;

CONSIDERANDO que a Sra. Neumiranda Marinho Magalhães não alertou o Prefeito sobre a necessidade de se envidar os necessários esforços no sentido de serem adotadas as alíquotas mais adequadas ao equilíbrio do sistema previdenciário do Município, sugeridas no RAA (item 2.1.1 do RA);

CONSIDERANDO que a gestora do Fundo Previdenciário Neumiranda Marinho Magalhães deixou de encaminhar a documentação necessária à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária, por parte da Secretaria de Previdência Social (itens 2.1.4 do RA),

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 70 e 71, inciso II e VIII, § 3º, combinados com o artigo 75, da Constituição Federal, e no artigo 59, inciso II, da Lei Estadual nº 12.600/04 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco);

JULGAR regulares com ressalvas as contas do(a) Sr(a) Neumiranda Marinho Guimaraes relativas ao exercício financeiro de 2016.

APLICAR multa no valor de R\$ 3.924,75, prevista no Artigo 73 da Lei Estadual 12.600/04, inciso(s) I, ao(a) Sr(a) Neumiranda Marinho Guimaraes, que deverá ser recolhida, no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado desta deliberação, ao Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal, por intermédio de boleto bancário a ser emitido no sítio da internet deste Tribunal de Contas (www.tce.pe.gov.br).

RECOMENDAR, com base no disposto no artigo 69 da Lei Estadual nº 12.600/2004, ao atual gestor do(a) Prefeitura Municipal de Santa Cruz, ou a quem o suceder, que atenda as medidas a seguir relacionadas:

1. Que a Prefeitura Municipal de Santa Cruz envide esforços no sentido de adotar as alíquotas previdenciárias mais adequadas sugeridas no Relatório de Avaliação Atuarial ou motivar, fundamentadamente, a sua não adoção.

DETERMINAR, com base no disposto no artigo 69 da Lei Estadual nº 12.600/2004, ao atual gestor do(a) Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz, ou quem vier a sucedê-lo, que atenda, no prazo indicado, se houver, a medida a seguir relacionada sob pena de aplicação da multa prevista no inciso XII do artigo 73 do citado diploma legal:

1. 1. Adotar medidas judiciais para cobrança das multas e juros sobre as contribuições previdenciárias recolhidas fora dos prazos.
2. Cumprir integralmente as exigências impostas pela Resolução CMN 3922/10

Prazo para cumprimento: até 31/12/2018

DETERMINAR, por fim, o seguinte:

À Coordenadoria de Controle Externo:

1. Que os presentes autos sejam apensados às contas de governo de 2015 do Prefeito responsável, com o fito de que as conclusões exaradas por este órgão julgador repercutam no orbe de responsabilidade do burgomestre do Município concernente ao referido exercício.

É como voto.



OCORRÊNCIAS DO PROCESSO

O CONSELHEIRO MARCOS LORETO PEDIU VISTA DO PROCESSO EM 12/12/17.

Na Sessão do dia 14/12/2017 não houve ocorrências.

RESULTADO DO JULGAMENTO

PEDIDO DE VISTA FEITO EM 12/12/2017 PELO CONSELHEIRO MARCOS LORETO DEVOLVIDO EM 14/12/2017.

Presentes durante o julgamento do processo na sessão:

CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL, Presidente da Sessão: Acompanha

CONSELHEIRO DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR, relator do processo

CONSELHEIRO MARCOS LORETO: Acompanha

Procuradora do Ministério Público de Contas: GERMANA LAUREANO

Houve unanimidade na votação acompanhando o voto do(a) relator(a).